

LIVROS E REVISTAS

GUERREIRO RAMOS. *A Crise do Poder no Brasil*. Zahar Editôres. Rio de Janeiro, 1961.

Este livro aspira à revolução nacional brasileira, diz o autor. Uma revolução sem modelo estabelecido, original, independente em relação a qualquer espécie de Internacional, continua dizendo.

Para atender àquela aspiração deveria ser homogêneo, estruturado, não um conjunto de estudos escritos em épocas diversas e reunidos à parte que constitui o ensaio básico e atual, "Panorama Político do Brasil Contemporâneo".

Exibido nas montras das livrarias nos primeiros dias de setembro, o título de *A Crise do Poder no Brasil* apresentava-se como manchete do jornal do dia. Conteria porventura antecipações ou visões proféticas de grave abalo político que então sacudia o país.

Lendo-o, depois de salientar o interesse de certas observações, como aquelas sobre o conteúdo e o comportamento do "povo político" na República através do tempo, imaginamos que o livro do Sr. GUERREIRO RAMOS, dado o caráter polêmico com severas críticas a idéias e pessoas vivas, resultantes da posição ideológica do autor, pro-

vocaria vivas reações. Tal não aconteceu, entretanto, provavelmente porque os fatos que se sucederam começaram a apaixonar mais do que os pontos-de-vista ou os debates doutrinários.

(Longa e acuidosa apreciação escreveu o Sr. JOSÉ BONIFÁCIO nas "Notas Bibliográficas" do *Boletim* da Biblioteca da Câmara dos Deputados.)

São tantos os aspectos da evolução política e institucional brasileira tratados pelo Sr. GUERREIRO RAMOS que seria difícil sequer alinhá-los em curto espaço, a não ser reproduzindo os títulos das demais partes de *A Crise do Poder no Brasil*, isto é, além do citado "Panorama". São "Antes e Depois da Representatividade Político-Partidária", "Três Momentos Ideológicos do Brasil" e "Caracteres da Inteligentzia". As acusações ao clero e à intelectualidade católica, bem como a esta e a um grupo a que chama de "Jeunesse dorée", baseiam-se em generalizações absolutamente injustas. Já na primeira parte, aliás a única em que aqui nos detemos um pouco mais, já o autor indicava o clero católico, no caso da Lei de Diretrizes e Bases, como grupo de pressão atuante "contra a escola pública", o que é uma sim-

plificação absurda e facciosa da atitude em favor da escola particular como segurança de liberdade do ensino.

Outra generalização que demanda prova é aquela implícita na afirmação da maior incidência da política de tipo histórico inferior, *política de clã e política de oligarquia*, quando se trata de assuntos menos gerais e mais locais, pois o que as estatísticas eleitorais demonstram é um comparecimento menos avultado de votantes nos pleitos municipais do que nos de âmbito nacional, nos quais, portanto, há sempre um pouco mais de política ideológica ou, ao menos, há menor influência dos interesses da clã ou da oligarquia.

Diagnosticando a crise do poder, em virtude do desprestígio dos partidos políticos, demonstrado nas eleições de outubro de 1960, o Sr. GUERREIRO RAMOS apreciava as dificuldades que se antepunham ao Governo delas advindo e escrevia: "A efetivação das melhores potencialidades do Governo do Sr. JÂNIO QUADROS depende de um dispositivo político-partidário que, por sua idoneidade ideológica e, por isso mesmo, pelo seu poder de massa, seja capaz de dar ao Sr. JÂNIO QUADROS a base de que precisará para levar a efeito reformas de grande envergadura, sem as quais a ordem no País só poderá ser mantida pela fôrça".

Tal dispositivo não se constituiu. Pouco depois o Presidente da República desistia de esperar que isso acontecesse. E, em seguida a alguns atos prejudiciais mesmo a esse objetivo, abandonou o poder que, se já se achava em crise, representada por falta de apoio par-

lamentar sólido ao Executivo, mergulhou em crise ainda mais profunda com a improvisação de um sistema de governo em que voltariam a ter influência capital aquelas cúpulas partidárias vencidas e superadas nas eleições de 1960, enquanto o "povo político" continua à mercê de sua própria desorganização.

Já que inauguramos um parlamentarismo em que o Presidente da República é constantemente mencionado, não por ligeireza ou ignorância de *reporters*, como chefe do Governo, e por ser quem é esse presidente-chefe, tomemos do próprio autor outro diagnóstico, o das doenças infantis do trabalho brasileiro: o varguismo, o *janquismo*, o peleguismo e o expertismo (esta última podendo ser chamada também, a melhor, esportismo ou esperteza mesmo).

De uma "crise do poder", que o Sr. GUERREIRO RAMOS observara, mas cujo desfêcho ficou longe de imaginar, passamos a uma crise das instituições, marcada pela deterioração da autoridade, a incompletação do regime, a luta entre os detentores do governo, a inquietação e a crescente agitação no seio das massas.

Em crise, o poder subsiste não pela predominância de um senso de ordem tranquilizador nem por uma suposta maturidade política que já protegeria suficientemente a democracia, mas pelas *nuances* em que se dividem as esquerdas e pela perplexidade em que se vêem as anti-esquerdas.

Mais do que a analisar-lhe o conteúdo, o livro do Sr. GUERREIRO RAMOS, em face da evolução ou ebulição posteriores ao seu apare-

cimento, convida ao debate da hora presente e dos novos problemas cuja origem e configuração ali se acham estudadas, mas numa fase histórica rápida e inesperadamente modificada. — *Raul Lima*.

VÁRIOS AUTORES. *Committee for Economic Development* (Cooperação para o progresso na América Latina). Tradução de J. A. PINHEIRO DE LEMOS. Distribuidora Record Editora. Rio de Janeiro, 1961.

Constituiu-se nos Estados Unidos um grupo de empresários e especialistas cujo objetivo era estudar medidas realistas para pôr em prática as nobres resoluções da Ata de Bogotá. Visam os signatários do documento que examinamos a influenciar a opinião pública norte-americana no sentido de alertá-la para a necessidade urgente da cooperação para o progresso da América Latina, e ao mesmo tempo interessar o maior número possível de homens de negócios nos Estados Unidos para esta obra, orientando-os sobre a melhor maneira de executá-la.

A Ata de Bogotá, aliás transcrita na íntegra no fim do trabalho, continha resoluções decisivas, dominadas pela idéia, que consideramos fundamental, da necessidade de associar progresso econômico e progresso social. Um programa exclusivo de progresso econômico não basta para um Continente cuja questão básica é salvar suas instituições democráticas. Mas, se as decisões da Ata de Bogotá permanecem letra morta, como tantas outras declarações solenes, virão au-

mentar uma perigosa carga de sentimento de frustração acumulada na América Latina, fato êste que, dado o catalizador da experiência cubana, poderá resultar numa definitiva comunização do Continente.

Uma consciência aguda desta situação aglutinou os membros do Comitê para o Desenvolvimento Econômico. Não há dúvida de que o presente documento representa algo de completamente novo nas relações de homens de negócios norte-americanos com os problemas da América Latina. Viu-o com clareza o Dr. GARRIDO TÔRRES na notável introdução que faz ao trabalho em aprêço: "O documento vale por uma revisão clara e franca de posições rígidas anteriormente assumidas pelas entidades representativas da produção dos Estados Unidos." "Confesso" — continua o Professor GARRIDO TÔRRES — "que a linguagem (do documento) me surpreende por seu tom positivo, e, até diria, inédito. Com efeito, reconhecer que outras economias não devem ser julgadas "pelos nossos padrões ou segundo um modelo ideal do nosso sistema" representa um extraordinário avanço de compreensão. Equivale a admitir que a iniciativa privada não se inclui entre os Dez Mandamentos bíblicos, que não cabe a ortodoxia onde, por exemplo, a ação pioneira e supletiva do Estado é indispensável; que a êste incumbe criar condições que deflagram o desenvolvimento, antecipando-se ou intensificando, sempre que socialmente aconselhável, um processo evolutivo que, entregue a si mesmo, torna-se penoso e perigoso por sua lentidão. Festejo, so-

bretudo, a opinião de que, "o progresso econômico e social é necessário à manutenção de democracias estáveis", o que significa dizer que a democracia política não basta... Não creio que uma democracia dependa apenas de condições materiais para subsistir. Sou daqueles que prezam a liberdade acima de tudo. Mas também entendo que, sem tais condições, não há democracia possível, pois esta é privilégio de sociedades de padrão de vida compatível com a dignidade humana... É-me difícil divergir das conclusões desta exposição e minha concordância é tanto mais pronunciada quando leio nela que "o progresso econômico e social exigirá em muitos países da América Latina mudanças radicais, mesmo revolucionárias, de algumas das instituições que lá existem agora".

Entre o que podemos chamar de verdadeiras instituições latino-americanas, e cuja mudança radical é indispensável, o documento examina o regime da terra, a estrutura da empresa, o analfabetismo e a inflação. O progresso econômico e social latino-americano está indissolúvelmente vinculado à erradicação destas instituições do estado atualmente vigente entre nós.

Os signatários do documento, que, ainda na apreciação de GARRIDO TÓRRES, tem a força de verdadeiro manifesto, estudam a seguir as medidas adotáveis pelos Estados Unidos no tocante aos produtos dos quais dependam vitalmente as economias dos diversos países da América Latina, e, em especial, ao café, aos minerais e ao algodão.

O que, a nosso ver, caracteriza essencialmente o documento é que

êle nos revela que um grupo importante de norte-americanos acaba de compreender que seu interesse, a longo prazo, na América Latina, só se pode salvar com o sacrifício de seu interesse a curto prazo, isto é, de seu interesse contábil. Até agora, equacionando os problemas latino-americanos em termos de técnica de contabilidade, os americanos do norte não viam que estavam perdendo tudo, como foi o caso de Cuba. Hoje são mais lúcidos, de uma lucidez que comove. Percebem que não devem substituir-se a nós, que o nosso progresso deve ser feito por nós, que eles devem ajudar-nos a avançar. Percebem, e aqui vemos a prova decisiva do desinteresse dos signatários, que é necessário interessar outros países na obra de colaboração com a América Latina, especialmente a Europa Ocidental, o Canadá e o Japão. As mais desinteressadas formas de colaboração, como políticas favoráveis a nossas exportações, integração das empresas norte-americanas ao nosso meio, tôdas elas nos pareciam suspeitas, enquanto partindo exclusivamente de um colaborador. Perpetuariam uma total dependência nossa de um leal colaborador. Consideramos o ponto alto desta política de cooperação a intenção prática de envolver na mesma outros colaboradores.

Oxalá decisões tão nobres sejam imediatamente traduzidas na prática. O problema do progresso econômico e social da América Latina formula-se agora em termos de urgência. Não duvidamos que o momento presente é a última chance histórica para o Ocidente de manter a América Latina den-

tro de suas tradições democráticas e cristãs. Amanhã será tarde demais. — *F. B. A.*

WERNER STARK. *Die Geschichte der Volkswirtschaftslehre in ihrer Beziehung zur sozialen Entwicklung*. D. Reidel Publishing Co. Dordrecht (Holanda), 1960.

Trata-se da tradução alemã, a cargo de ERICH ABT, do original inglês *The History of Economics in its relation to Social Development*. O pequeno volume de STARK obteve rápida difusão e despertou interesse a ponto de ser logo traduzido em várias línguas. Já apareceram as edições italiana, japonesa, espanhola e agora alemã.

De onde o interesse pela obra? Não é um livro de texto, nem um rico repertório de informações sobre a história das doutrinas econômicas. O opúsculo consta de um capítulo, que leva o título da obra, e de dois apêndices: o primeiro, ocupando-se dos problemas formais da história das doutrinas econômicas; o segundo, oferecendo um registro bibliográfico de 25 obras mais importantes sobre o assunto, a última das quais, de resto, data de 1950.

O interesse do trabalho de STARK reside no fato de que realmente é um ensaio de sociologia do conhecimento, aplicado ao campo das idéias econômicas. A preocupação do autor não é tanto, como nos manuais clássicos, referir o conteúdo econômico das doutrinas, quanto surpreender os condicionamentos sociais que propiciaram a sua emergência. Outros autores fizeram trabalho semelhante, mas

em caráter episódico e fragmentário. STARK fez desta idéia o centro de perspectiva de seu trabalho.

A obra foi escrita em Manchester, onde ENGELS viveu longos anos e de onde informava quase diariamente seu amigo MARX sobre os diversos aspectos do capitalismo, que ali assumia características tão marcantes a ponto de vir a ser chamado: capitalismo manchesteriano. Neste quadro histórico, STARK pôde sentir mais profundamente a influência do meio sobre as idéias de MARX, e quanto as grandes generalizações definitivas são apenas extrapolações de uma situação localizada e de um momento efêmero da história. O livro que apresentamos ao público abre uma dimensão extremamente fecunda no campo da investigação das doutrinas econômicas. — *P. B. A.*

JOSUÉ DE CASTRO. *Ensaio de Biologia Social*. Editora Brasiliense. Rio de Janeiro, 1961.

Neste volume, o autor reuniu vinte e dois ensaios sobre temas de interesse nacional e internacional. Significa o título do livro a ênfase à Ecologia Humana, particularmente ao problema da fome; enfim, aos fatores que influem na vida do homem biologicamente considerado e, por via de consequência, na sua conduta social e econômica.

Afora a parte eminentemente biológica, em que a alimentação é a nota dominante, evidencia-se o biológico nos ensaios de sabor econômico, político e cultural, resultantes de discursos pronuncia-

dos na Câmara Federal e em reuniões internacionais e de trabalhos realizados por solicitação de organismos mundiais, pois uma constante nas atividades do autor tem sido o combate à fome em seus vários aspectos.

O primeiro ensaio leva o título "A Fisiologia dos Tabus". Aqui, o tabu recebe uma interpretação biológica, à luz da Teoria do Reflexo Condicionado, de PAVLOV.

Se bem que atraente e inteligentemente construído o esquema, com êle, todavia, o tema não se esgota, uma vez que seria temerário nos atermos a uma explicação eminentemente biológica de um fenômeno social que sofre o influxo de certas forças em determinado estágio de desenvolvimento sócio-cultural e científico do Homem.

Uma contribuição à Política Demográfica para a Imigração encontra-se em "Alimentação e Aclimação", onde o autor tece considerações acerca do processo de adaptação dos vegetais e dos animais ao ambiente natural (conceito biológico), particularizando o homem, dotado de raciocínio, por isso portador de técnicas e recursos superiores aos dos demais seres, com vista à aclimação dos imigrantes oriundos de países europeus ao meio tropical.

Em contraposição às teses de vários antropólogos do século XIX, defensores da impossibilidade de o homem nórdico empreender nos trópicos uma tarefa colonizadora, por motivos de ordem puramente étnica, assegura que a técnica da aclimação envolve quatro itens fundamentais: a habitação, o vestuário, a alimentação e o regime de trabalho, tornando-se inevitável

que as pessoas procedentes de zonas frias não se atenham aos hábitos e costumes do seu *habitat* de origem, imperativo mesológico do contexto tropical receptor.

No trabalho "Alimentação e Colonização do Brasil Central", preparado para o Congresso de Imigração, em 1949, analisa o autor a área alimentar do Centro-Oeste brasileiro, apontando as vantagens e desvantagens do regime dietético de suas populações, no qual sobressai, como um dos fatores negativos, a ausência de iodo na alimentação, responsável pela alta incidência do bócio, cuja análise mais detalhada está contida no ensaio "A Iodetação do Sal na Profilaxia do Bócio Endêmico".

Relembra os estudos de CHATIN, através dos quais, consoante a distribuição geográfica do mal, ficou constatado ser a falta de iodo no complexo alimentar de certas áreas a causa do bócio endêmico. Aconselhou a terapêutica pela medicação iodada.

As conclusões de CHATIN não tiveram a acolhida necessária, visto o seu aparecimento ter ocorrido precisamente na fase em que a microbiologia experimentava o auge da sua voga. Por isso, o resultado dos esforços daquele cientista foram, temporariamente, postos à margem.

No Brasil, o Professor JOSUÉ DE CASTRO considerou a distribuição geográfica do bócio, já há anos objeto de atenções dos cientistas patricios, a princípio seguros à teoria infectuosa, ante a descoberta de Tripanossomíase Americana, levada a cabo pelo Dr. CARLOS CHAGAS, tese ulteriormente refutada em face da evidência do que re-

sultou das investigações empreendidas pelos seus continuadores, especialmente pelos Drs. BAETA VIANA, ARRUDA SAMPAIO, ÁLVARO LÔBO e EURICO VILELA, os quais encontraram íntima ligação entre o bócio e a carência de iodo no sistema dietético de certas regiões brasileiras distantes da costa.

O autor aconselha como profilaxia a iodetação do sal nas áreas de incidência do bócio endêmico.

“O Milho e sua Utilização Racional — Valor Nutritivo da Mistura de Milho e Leite”, “Carência Alimentar e Verminose na América Latina” e “Resistência Dentária e Fator Racial” são também trabalhos dedicados à fome qualitativa como um flagelo que aniquila os seres humanos das áreas pouco assistidas do planêta. No último estudo alinha o autor preciosos dados estatísticos em que se reflete a distribuição percentual da cárie dentária entre os grupos branco, mulato e negro. Entre os dois primeiros grupos, a desnaturação dos alimentos e o rigor do vestuário, que impede a atuação da vitamina D no organismo humano, tornam mais elevada a frequência da cárie dentária.

Em “A Função Social das Universidades”, os estudantes brasileiros, no momento de braços com a reforma universitária, encontram valioso subsídio à formulação e à solução de tão momentoso problema. As discutidas e de fato discutíveis teses de MALTHUS e dos neomalthusianos são alvo de fundamentos críticos do autor em “Malthus e o Caminho da Perdição”.

Publicado pela primeira vez em 1935, quando o autor já se preo-

cupava com o pitoresco na Sociologia, “Sociologia Pitoresca” dá a medida exata dos “*soi disants* sociólogos”, autênticos fundadores e pregadores da “ditadura do decorativo”, redutores da Sociologia a uma mescla de “elementos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, na expressão oportuna do Professor JOSUÉ DE CASTRO “sociologia para inglês ver”. Fazendo blague, acrescenta que o perigo maior está em que “o inglês vê e acredita”. Trata-se de uma fase conhecida nos meios científicos, na qual a Sociologia no Brasil era marcada pelo diletantismo de seus cultores — sem base científica, portanto —, quando se faziam autênticas caricaturas sociológicas do povo brasileiro.

Discorre o autor sobre “A Função Social das Ciências”, um libelo contra o emprêgo da Ciência para fins militares e contra a sua escassa aplicação social.

No trabalho “O Papel da Juventude na Construção do Mundo”, solicitado pela UNESCO em 1956, estão relacionadas entre si novas condições e nova mentalidade.

Na parte econômica dos ensaios, faz-se presente sempre o flagelo da fome, ao lado de uma análise acêrca das tensões políticas e ideológicas e das competições econômicas contemporâneas, onde se põe de manifesto a distância que separa os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos e o que decorre desta lamentável dualidade. “Desenvolvimento e Bem-Estar Social” e “O Problema da Carestia de Vida no Brasil” resultaram de dois discursos que geraram construtivos debates na Câmara Federal brasi-

leira. "Uma Economia Humanizada" e "Aos Pobres Pertence o Reino da Terra" tratam, em linhas gerais, da economia no mundo, com sugestivos comentários sobre os desvios, para efeitos armamentistas, de vultosos recursos que serviriam para amenizar as crises que sofrem as economias subdesenvolvidas e atrasadas. "A Coexistência Política e a Paz" foi outro discurso proferido em Helsinque, em 1954, quando o autor foi agraciado com o Prêmio Internacional da Paz.

Nos últimos ensaios, "O Gênio de Einstein" e "Fleming e o Futuro da Humanidade", traçaram-se esboços da vida e obra daqueles cientistas, por ocasião do seu desaparecimento (discursos pronunciados na Câmara dos Deputados).

"Roosevelt — Estadista do Mundo" foi outra oração proferida na Câmara, no décimo aniversário do falecimento do grande estadista norte-americano.

Ensaio de Biologia Social representa mais uma contribuição do autor, objetivando uma Humanidade menos faminta e mais pacífica, mais harmônica e mais feliz. — *A. G. de Queiroz.*

MOACIR VELLOSO CARDOSO DE OLIVEIRA. *A Previdência Social Brasileira e a sua Nova Lei Orgânica*. Distribuidora Record. Rio de Janeiro, 1961.

A Previdência Social não goza, decerto, no Brasil de grande popularidade... No balanço de seus 38 anos de operação entre nós, ressaltam, sem dúvida alguma, vários defeitos orgânicos das realiza-

ções previdenciárias, em parte estruturais, em parte funcionais. Somados uns aos outros afetam muito, na realidade, o rendimento desse maior instrumento da política social nacional. Com o tempo, aumentou indiscriminadamente, e com desafio às regras comezinhas de cálculo atuarial, a órbita de prestações (no momento, nada menos de doze benefícios pecuniários e seis serviços assistenciais, todos eles de caráter obrigatório; calculando-se seu número mais exatamente, ainda muito mais!), garantidas, pelo menos nominalmente, aos seguradores e seus dependentes.

Algumas delas, como seja, por exemplo, a assistência médica, que se reveste, em nossas condições, de importância ímpar, continuam extremamente precárias, aproveitando, aliás, de modo duvidoso, apenas a alguns grupos limitadíssimos da classe amparada.

A letra da lei promete muito, muitíssimo, sem certeza de que se possa, futuramente, cumprir mais de que uma parcela isolada das numerosas vantagens, determinadas sempre de modo ultra-generoso, e supostamente asseguradas ao proletariado brasileiro. Sob o prisma da distribuição social, o valor dos proventos da inatividade, igual ou quase igual aos rendimentos correspondentes ao exercício do trabalho, pode apresentar, em tese, elevado valor, dados, sobretudo, os baixos níveis médios da remuneração dos assalariados. Contudo, será que tal solução é compatível com as metas da campanha de produtividade? E — esse ângulo da questão importa incomparavelmente mais! — nas condições

notórias da nossa economia, podemos nos dar realmente ao luxo de possuir o mais adiantado e, portanto, dispendioso, sistema de Previdência Social do mundo inteiro?

A despeito do aumento quase ininterrupto dos encargos que a legislação impõe não somente às classes beneficiadas e oneradas, como também ao Tesouro Nacional (a contribuição da União foi orçada, em 1961, em 20 bilhões, e o total de contribuições tripartites em, aproximadamente, 60 bilhões!), o equilíbrio do sistema, exposto ao impacto corrosivo da espiral inflacionária e carecedor de firmes fundamentos técnico-atuariais, parece, até certo ponto, suspenso no ar, justificando preocupações legítimas quanto ao seu futuro.

Do ponto-de-vista da organização, a Previdência Social continua baseada no critério profissional ou paraprofissional, evidentemente incompatível com os princípios da moderna Previdência Social, e quase inteiramente abandonado — contrariamente a uma observação epissódica do eminente autor — alhures. O que nos parece ainda mais grave é o fato de que, absorvendo uma fração considerável, dificilmente excedível, da renda nacional, utiliza os tremendos recursos de que dispõe para o amparo reservado unicamente às classes do assalariado urbano (aliás, com exclusão do serviço doméstico). Ora, nessas condições, tôdas as tentativas no sentido de estender a proteção previdenciária aos trabalhadores rurais — tanto sob a forma extremamente ampla, prevista no capítulo XII da “lei FERRARI”,

recém-aprovada pela Câmara dos Deputados, como, ainda, dentro de uma orientação mais moderada, e últimamente recomendada por uma comissão ministerial (apenas a organização da assistência médica à população dos campos) — parecem-nos fadados a um malôgro total.

Em outras palavras, a excessiva profundidade da proteção previdenciária entra em choque com a amplitude restrita de seu campo pessoal de atuação, que, infelizmente, deixa desemparradas as numerosas camadas da população a serviço da economia agropecuária, merecedoras, por motivos óbvios, da particular atenção do intervencionismo social estatal.

Em confronto com essas deficiências, não cabe, na realidade, maior importância aos defeitos, incontestavelmente graves — porém apontados, com frequência, erradamente —, como principais responsáveis pela atual crise previdenciária (alta sobrecarga administrativa, empreguismo, inspirado em considerações político-partidárias, processos burocráticos aplicados nos serviços das instituições previdenciárias, etc.).

Em suma, tudo o que atualmente existe nessa matéria é, em grande parte, resultado fatal: *a*) de alguns manifestos erros cometidos na criação empírica do regime previdenciário, *b*) da sua manutenção intacta nas etapas posteriores de sua evolução desordenada, sem qualquer planejamento racional a largo prazo, e — por quê não dizê-lo? — *c*) da estéril demagogia que continua inspirando as realizações de quantos se dão conta das conseqüências da expansão ili-

mitada do amparo securitário, sem necessária cobertura de seus previsíveis ônus.

Será que a Lei Orgânica, apreciada pelo ilustre autor de um modo acentuadamente lisonjeiro, pode ser considerada como panacéia, capaz de sanar todos esses males? Francamente, não nos parece. Conseguiu, sem dúvida, consolidar as bases jurídico-normativas da legislação previdenciária, restabelecer a ordem na organização da estrutura da Previdência Social, suprimir os desajustamentos relacionados com a disparidade de vários regimes de benefícios e contribuições, assim como solucionar alguns problemas sociais, que esperavam, há muito tempo, seu equacionamento. Constitui, pois, importante passo no caminho que nos deve levar à futura organização definitiva e plenamente racional desse grande conjunto de realizações de bem-estar social.

Contudo, por outra parte, dado o liberalismo visivelmente exorbitante, demonstrado na determinação, em termos quantitativos e qualitativos, dos benefícios e das respectivas condições aquisitivas, pode enfraquecer ainda mais as suas débeis bases econômico-financeiras.

O próprio autor do livro aqui apreciado, que desempenhou papel de grande relêvo na elaboração daquela importante reforma, e que foi autor exclusivo da excelente regulamentação da lei, admite melancolicamente que resta saber se "a Lei Orgânica poderá agravar ou melhorar" a situação atual do sistema que "é de notória crise econômico-financeira" (item 109)... Entretanto, qualquer que fôsse o

estado atual da Previdência Social, examinado com tóda atenção, dedicada à precária solidez de seus alicerces, é difícil negar que constitui uma realidade concreta, viva e altamente proveitosa sob o prisma da melhoria social das condições de existência dos trabalhadores, proporcionando-lhes proteção quando, atingidos por eventos aleatórios, ficam expostos à perda ou suspensão de seus rendimentos ou ao aumento de seus gastos.

Eis o "reverso da medalha" que não seria oportuno perder de vista, na apreciação objetiva, isenta de qualquer animosidade, justa ou injusta, que prevalece, às vêzes, na apreciação da atual administração das instituições previdenciárias.

Basta a referência a alguns dados estatísticos para demonstrar as funções benéficas, desempenhadas, desde já, pela Previdência Social, reduzindo-se a seus próprios termos as freqüentes asserções levianas e generalizadas demais, em que se pretende, num espírito do subconsciente reacionarismo, negar tóda e qualquer contribuição desse grande setor para a solução da moderna questão social em nosso meio.

De acórdio com a estimativa referente a 31 de dezembro de 1960, as instituições de Previdência Social prestam serviços a 16.482.000 pessoas (inclusive dependentes dos segurados), das quais nada menos de 517.000 aposentados e 636.000 pensionistas, sendo que o número de segurados ativos atingiu, na referida data, o total impressionante de 4.765.000.

Nessas condições, apresenta elevado interêsse a análise sistemática da Previdência Social, à luz da sua recente reforma orgânica, cujo

conhecimento exato e pormenorizado deixa ainda muito a desejar; e é tão fácil criticar o que não se conhece... Ninguém mais indicava para levar a cabo essa tarefa de imensa complexidade e responsabilidade do que o Professor MOACIR VELLOSO CARDOSO DE OLIVEIRA, um dos mais eminentes peritos nacionais, altamente especializado nessa matéria, e com cabedal de serviços prestados, nesses 25 anos, na obra de revisão do direito previdenciário, sempre em defesa de sua salutar essência contra as reiteradas tentativas acima aludidas no sentido de seu desvirtuamento para objetivos e funções alheios à sua natureza.

O livro não se destina ao reexame teórico, no plano tecnicamente mais elevado, dos aspectos controvertidos da nossa Previdência Social, trabalho êsse com que nos brindará o mesmo autor, em futuro próximo. O estudo ora divulgado obedece a propósitos mais práticos. Tem por objetivo familiarizar com as particularidades do regime previdenciário todos os que, direta ou indiretamente, se interessam pelo funcionamento do sistema de Previdência Social, consideravelmente alterado no último ano. Nessa ordem de idéias, o autor simplifica ao máximo a exposição do problema, interpretando de modo cristalinamente claro, simples e acessível todos os elementos, mesmo os mais difíceis, daquilo que se costuma considerar como uma cripto-ciência ou cripto-técnica de seguro social.

Procurando esclarecer as características essenciais dessa reforma social, o autor achou de bom alvitre — aliás com toda razão —

preceder o resumo da solução brasileira de considerações dedicadas à origem e ao desenvolvimento da moderna Previdência Social. Algumas insignificantes inexatidões que, a rigor, podem ser encontradas nessa parte, no que diz respeito à legislação nacional comparada e à legislação internacional do trabalho, não invalidam, como é natural, o alto valor da exposição — popular, porém sempre cientificamente correta — das bases dessa instituição, adotada em 1961 por todos os países do mundo, quase sem exceção alguma.

Talvez fôsse interessante a inclusão na edição posterior dêsse interessante livro de uma apreciação mais detalhada do seguro-acidentes e das condições objetivas do Brasil, no tocante à eventual introdução do seguro-desemprego, idéia essa que, diga-se de passagem, não nos parece convincente.

Seja como fôr, o livro é uma contribuição notável para o acervo ainda um tanto deficiente da nossa literatura descritiva e analítica sobre a Previdência Social. Publicado em momento particularmente oportuno, merece os maiores elogios. — *Estanislau Fischlowitz*.

THEODORE DRAPER. *Castro's Cuba, a Revolution Betrayed?* (*The New Leader*, Nova York, suplemento de 27 de março de 1961 e artigos posteriores do mesmo autor). Nova York, 1961.

Quer-nos parecer que a história universal ignora algo que se possa equiparar ao caso cubano em 1958-1961. Parece, com efeito, simplesmente incrível que os aconte-

cimentos ocorridos numa pequena ilha caraibana — última República latino-americana a conquistar (há apenas 63 anos!) a sua independência política, país com extensão de nada mais de 114.524 km² e população inferior a 7 milhões — tenham estremecido o equilíbrio de um grande Continente, integrado por vinte e dois países, com mais de 400 milhões de habitantes, ameaçando, outrossim, a paz mundial.

A que devemos atribuir a incontestável gravidade da situação, que resultou do golpe desferido, há 28 meses, pelo atual ditador cubano contra o regime autoritário de F. BATISTA Y ZALDIRA (1952-1958)?

Evidentemente, na análise dessa pendência, temos que distinguir rigorosamente dois aspectos, embora intimamente entrelaçados entre si: o nacional, econômico-social, isto é, a revolução social fidelista, e o internacional, relacionado com o inesperado aparecimento dentro do Hemisfério Ocidental, pela primeira vez, de um país que parece pertencer cada vez mais ao bloco soviético, quer existam quer não instrumentos diplomáticos que sancionem formalmente a filiação da "República socialista cubana" ao agrupamento dos países comunistas.

Não nos propomos apreciar o que significa o regime cubano sob o ângulo da cooperação regional institucionalizada do Hemisfério Ocidental. Será que aquela pendência pode ser limitada ao âmbito territorial de Cuba, ou, a rigor, à órbita única e exclusiva das relações mútuas e bilaterais entre os Estados Unidos e aquela Repúbli-

ca? Mesmo se não existissem esforços no sentido da exportação da revolução fidelista para o Continente americano, e se a sua essência não entrasse em violento choque com as bases filosóficas da comunidade interamericana, bastaria, para comprovar a tese oposta, aludir ao fato de que a expropriação do capital investidor estrangeiro, efetuada sem indenização em Cuba, cria óbices quase intransponíveis ao fluxo das inversões privadas rumo às demais Repúblicas latino-americanas; no entender dos centros financeiros, o que aconteceu ontem em Cuba poderá acontecer amanhã nos demais países desta região, subcapitalizados, e que tanto precisam do reforço de seus recursos mediante importação do capital alienígena.

Seja como fôr, fechando o parêntese, desejamos submeter a sucinta análise o reverso "nacional" da medalha cubana, procurando apreciar os subsídios para o esclarecimento do sentido da referida revolução social, consubstanciada na publicação sob exame, elaborada por um ilustre jornalista, autor de numerosos estudos monográficos de caráter político.

Não nos interessa tanto assim a polémica dirigida por DRAPER contra os apologistas do fidelismo (C. WRIGHT MILLS, JEAN PAUL SARTRE, SIMONE DE BEAUVOIR, HUBERMAN e SWEETZ) e contra alguns de seus fervorosos adversários (por exemplo, NATHANIEL WEYL). Merece muito maior interesse o exame objetivo pelo autor da situação que encontrou a vitoriosa revolta, desencadeada pelo movimento de "26 de julho", e que não justifica de modo algum a sua

interpretação ultradramática, tão comum em pronunciamentos de FIDEL CASTRO. Cuba foi, com efeito, em 1958, país com fortes índices de urbanização (57 %), com baixas taxas de analfabetismo, sobretudo fora da zona rural, e relativamente alta renda *per capita*, que colocava aquele país no quarto lugar entre vinte Repúblicas latino-americanas.

O que aconteceu em Cuba é, decerto, revolução social, cronologicamente a primeira no Hemisfério Ocidental, pois à remodelação da ordem econômico-social, levada a efeito pelo "líder máximo", não corresponde nada no balanço do regime guatemalense de JACOBO ARBENS GUSMAN (1951-1954) nem, mesmo, nas realizações dos três governos bolivianos do M.R.P.

Qual é, porém, o sentido exato dessa revolução?

O autor rejeita sem maior dificuldade a sua exegese como simples "revolta camponesa", ou como movimento inspirado pelas idéias de "neodemocracia". Defende a tese segundo a qual se tratou, pelo menos de início, de corrente típica da classe média, que degenerou com o tempo em destruição suicida daquela classe.

A interpretação do fidelismo tem, decerto, de variar consideravelmente em função das suas diversas fases consecutivas. Na etapa pioneira, teria sido, de acordo com DRAPER, "movimento sem programa, sem partido e, mesmo, sem exército". O lema, incansavelmente repetido pelo atual ditador totalitário de Cuba, foi "liberdade com pão e sem terror", sendo que se converteu, segundo a opinião do escritor americano, em algo diame-

tralmente oposto: "terror sem pão e sem liberdade". Visava, no princípio, inclusive no famoso manifesto de FIDEL CASTRO, "A História vai me absolver", apresentado ao Tribunal que o julgou, ao "pleno restabelecimento da democracia representativa", para acabar com a sua absoluta supressão programática e proclamação da ditadura pura e simples. Começou com a simbiose das duas forças políticas: 1. a corrente nacionalista, aliás desorientada, quanto a programas econômico-sociais, mas, de qualquer modo, oposta à nacionalização da indústria e favorável apenas à moderada redistribuição das terras, e 2. o partido comunista (Partido Socialista Popular), diga-se de passagem, comprometido pela sua colaboração sistemática a BATISTA. Evoluindo, através de várias etapas ("marxismo cubano", abolição do movimento de "26 de julho", etc.), terminou com o atual totalitarismo aberto: fusão de todos os movimentos pró-fidelistas em massa amorfa, disciplinada e militarizada, subordinada ao comando do "líder máximo". No momento, vários traços característicos do fidelismo não permitem, quer-nos parecer, enquadrá-lo nos modelos de beligerante comunismo de feição estalinista. Apesar da confusão semântica que se nos depara na sombra da moderna Torre de Babel, o socialismo, erigido, na metade de 1961, em rótulo oficial da doutrina oficial cubana, não parece ser, em última análise, nada mais de que disfarce eufemístico do comunismo, até da sua fase já superada na Rússia soviética. Que é, afinal de contas, o "paredón", senão o retôrno às técnicas da

"Tcheka", abandonadas na Rússia kruchtchevista?

Não há como negar o cumprimento em Cuba da radical reforma agrária, aliás, por enquanto, ainda não enquadrada nos moldes de política agrária comunista, e cujos resultados seria prematuro apreciar, sob o prisma do poderio produtor da lavoura cubana, apesar de ter contribuído provavelmente para a elevação dos níveis de bem-estar social das classes proletárias rurais. O que não nos parece passível de interpretação controvertida, depois de termos acompanhado de perto a conjuntura econômica naquela ilha, em 1960 e 1961, são as conseqüências desastrosas da socialização do setor secundário e, em parte, terciário, e, particularmente, o desemprego em massa do operariado, apenas superficialmente disfarçado mediante recrutamento em massa dos desempregados para "milícias". Assim como os golpes sofridos pela classe média, principal vítima da inflação e da desorganização total da economia.

DRAPER discorda da opinião emitida por WEYL no seu famoso panfleto *Red Star Over Cuba*, quanto à filiação de FIDEL CASTRO ao Partido Comunista desde a sua mocidade. Eis um dos aspectos mais controvertidos no que diz respeito ao perfil político do ditador de Havana. O que precede não é, aliás, apenas questão de tal ou qual subsídio para a futura biografia daquela complicada e ainda meio misteriosa figura, que ocupa posição de maior relêvo no atual panorama político latino-americano. É muito mais. A confirmação da tese de WEYL poderia lançar nova

luz sobre os turbulentos acontecimentos de Cuba em 1958-1961. Demonstraria, com efeito, que não é apenas sob a pressão das condições externas, como se acredita geralmente, que se efetuou a reviravolta pró-comunista da política exterior e interior cubana.

Nunca será demais examinar com toda objetividade, "de cabeça fria", as bases ideológicas e doutrinárias da revolução cubana para compreendê-la em sua integridade, sem aceitarmos o quadro propositalmente distorcido e unilateral da sua essência, que nos proporciona a propaganda oficial e oficiosa cubana.

DRAPER oferece-nos alguns elementos aproveitáveis em tal estudo. Contudo, não está tudo feito. Abre-se, porém, nas páginas da referida publicação, um roteiro de amplas e interessantes perspectivas. — E. F.

E. L. KEENAN. *Manpower Problems*. Manpower Office of Civil and Defense Mobilization. Washington, 1961.

Difícilmente pode passar despercebido um curioso paradoxo: ao que parece, existem, no mundo de 1961, poucos países em que os problemas de mão-de-obra tenham assumido importância tão crucial como no Brasil; basta, para comprová-lo, ressaltar, por um lado, os movimentos de extremamente intensificada mobilidade populacional — também vertical, mas sobretudo horizontal —, e, por outra parte, os aflitivos pontos de estrangulamento que apresenta o mercado de trabalho, particular-

mente no que respeita aos contingentes deficitários de mão-de-obra qualificada, técnica e altamente especializada. Ao mesmo tempo, este é um dos raros países em que a solução desses problemas, de inegável relevância econômica e social, continua incompreensivelmente relegada a um lugar secundário.

No momento em que, mais uma vez, se procura preencher essa grave lacuna, mediante a constituição, no Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Grupo de Estudos de Mão-de-Obra, baseada num dos últimos atos administrativos assinados pelo Presidente JÂNIO QUADROS, parece-nos oportuno o exame metuculoso das questões de mão-de-obra no plano internacional, expostas no estudo aqui apreciado, de autoria de um dos mais eminentes administradores americanos nesse setor e também, diga-se de passagem, bem familiarizado com os específicos aspectos do mercado de trabalho brasileiro.

O que empresta a esse estudo, apresentado à famosa Brookings Institution, valor extraordinário, é o fato de que o autor concentra a sua atenção precípua na análise tanto das questões que enfrentam, nesse particular, os países "em desenvolvimento" (eufemismo recém-criado, que passa a substituir o termo, antigamente em voga, de "países subdesenvolvidos"), como da contribuição para seu equacionamento, dentro das obras de planificação do desenvolvimento econômico-social dos respectivos governos.

Quanto a esta parte da exposição, apresenta acentuado interesse o exame da surpreendentemen-

te avançada e multilateral solução institucional dos problemas de mão-de-obra, levada a efeito na República Árabe Unida, assim como, dentro de certos limites, sob o patrocínio da Organização Internacional do Trabalho, nos demais países da África.

Merecem realçadas, outrossim, as observações dedicadas ao exame da íntima conexão entre o aproveitamento máximo dos recursos humanos e os restantes aspectos dos planos desenvolvimentistas. O autor passa revista às diversas técnicas metodológicas usadas para fins de levantamento integral da mão-de-obra, e examina os programas de formação profissional e de produtividade, a questão de excedentes de trabalhadores e o desemprego. Salienta, na parte final, o papel que deve caber nesse setor à administração nacional e internacional, assim como os serviços que possa oferecer aos países menos adiantados na organização racional do mercado de trabalho a assistência técnica prestada pelos Estados Unidos.

Convém destacar a opinião crítica do autor a propósito dos efeitos contraproducentes, exercidos com relação ao fomento da produtividade e à consecução do estado de "pleno emprego" pela legislação sobre a indenização e estabilidade dos trabalhadores, atualmente em vigor no Brasil e em alguns outros países da América Latina.

KEENAN evita conclusões precipitadas de cunho ultra-otimista. Procura sempre distinguir rigorosamente as luzes e as sombras das realizações existentes nessa matéria, inclusive nos países mais desenvolvidos; dado seu caráter pio-

neiro e experimental, tôdas elas merecem uma avaliação criteriosa dos respectivos resultados práticos.

As observações judiciosas do perito americano, altamente especializado nesse particular, deveriam ser, a nosso ver, cuidadosamente meditadas por todos quantos estejam interessados na formulação de uma política nacional de mão-de-obra digna dêsse nome. — E. F.

MARGARET MEAD. *Sexo y temperamento*. Tradução de INÉS MALINOW. Biblioteca de Psicologia Social y Sociología. Editorial Pardos. Buenos Aires, 1961.

A tradução espanhola de uma das obras clássicas de MARGARET MEAD torna acessível a nosso público a iniciação à interessante problemática e ao abundante material de observações diretas recolhidas pela antropóloga americana.

O livro contém estudos relativos a três povos dos mares do sul: os *arapesh*, os *mundugumor* e os *tchambuli*. Focaliza principalmente em suas análises o problema dos condicionamentos das personalidades sociais dos dois sexos. Nós, ocidentais, atribuímos a cada sexo determinadas características temperamentais. O indivíduo que revela características diversas das de seu sexo, é considerado anormal e eventualmente necessitado de tratamento adequado. Mais ainda. Não nos damos conta de que talvez o conjunto de características que atribuímos a cada sexo seja o resultado de determinados fatores históricos típicos do Ocidente. Somos levados a crer que são essen-

ciais a todos os homens e a tôdas as mulheres.

O estudo de MARGARET MEAD revela, à base de dados minuciosamente observados, quanto é relativa a nosso meio, nossa concepção das características típicas de cada sexo. A conclusão geral do livro mostra como esta tipificação social do sexo funciona como redutor e atrofiador de virtualidades individuais. A mulher que, em nossa sociedade, é portadora de insignes capacidades reputadas socialmente como masculinas, dificilmente poderá desenvolvê-las, com evidente empobrecimento da sociedade. O mesmo se diga a respeito dos homens. Daí a necessidade de chegarmos a organizações sociais que possibilitem a plena valorização das potencialidades pessoais, independentemente de sua qualificação social segundo o sexo. A esta exigência de profundas conseqüências, por exemplo, para os sistemas educativos, não se poderia satisfazer com um tipo de educação rigidamente idêntico para os dois sexos, como o nota com argúcia a própria autora.

Ela pôde chegar a tais conclusões graças ao campo de pesquisa escolhido: concentrando sua atenção sôbre povos primitivos, onde encontrou culturas relativamente simples, nitidamente delimitadas, numa área geográfica restrita.

GERMAINE VEYRET-VERNER. *Population; mouvements, structures, répartition*. Livr. Arthand. Paris, 1959.

A autora do presente trabalho nos oferece néle uma bela síntese

da demografia. A primeira parte, dedicada a um estudo geral do problema, analisa a dinâmica das populações, suas estruturas e as relações entre dinâmica e estruturas, relações essas examinadas dentro da conceituação dos diversos regimes demográficos: subpovoamento, superpovoamento e ótimo de população. A segunda parte, não mais teórica, porém informativa, refere-se aos grandes conjuntos demográficos contemporâneos e aos problemas por eles criados.

Recorrendo com discrição aos aspectos técnicos dos diversos assuntos tratados, o livro constitui uma ótima iniciação à demografia, ciência que vem cobrindo hoje o campo onde se preparam os mais graves problemas do futuro próximo.

O livro caracteriza-se pelo profundo sentimento humano com que são tratados os problemas; pelo equilíbrio discreto das conclusões deduzidas, e pela preocupação constante de projetar a questão demográfica no quadro espacial e geográfico onde se desenvolve realmente. A autora não faz demografia abstrata.

A conclusão geral do livro fixa as grandes coordenadas dentro das quais é indispensável situar o problema demográfico: suas condições fundamentais permanentes, suas condições variáveis extrademográficas e especialmente a profunda influência da técnica sobre os problemas populacionais e, enfim, a inércia que oferece o fenômeno demográfico aos fatores que sobre ele atuam.

Depois que a humanidade se defrontou com a questão social, e com a questão econômica, hoje percebe

que se defronta com a questão demográfica. No momento em que o homem, mais afoito, mais confiante de seus poderes, resolve pôr a mão sobre os mecanismos demográficos, o presente trabalho em boa hora se apresenta como uma advertência grave, lúcida e equilibrada.

CHARLES DYDENALLE. *L'union minière du Haut Katanga. De l'âge colonial à l'indépendance*. Col. Histoire des grandes entreprises. Libr. Plon. Paris, 1960.

Para historiar a *Union minière du Haut Katanga*, o autor reúne interessante documentação, desde os tempos dos pioneiros desbravadores, até nossos dias. O livro é escrito em estilo leve, cheio de finuras elegantes, permitindo-se por vezes digressões sobre figuras romanescamente interessantes, como a dedicada à rainha dos belgas.

É um trabalho mais literário que científico. A leitura é, entretanto, empolgante. Revela a importância decisiva que a União Mineira de Katanga desempenhou na fabricação da primeira bomba atômica e nos destinos da última guerra. Buscando cobre, a União descobriu riquezas incalculáveis em rádio e urânio, que ainda hoje alimentam os trabalhos nucleares dos Estados Unidos.

O livro contém observações e informações úteis para a compreensão das ocorrências que acompanharam a independência do Congo, inclusive o separatismo de Katanga. O governo belga desconheceu sistematicamente o problema político da colônia. Esta não passava

de uma empresa bem administrada, como o sabe fazer o bom-senso belga. Infelizmente, porém, é decepcionante ver como o autor, pelo recurso a levandades de estilo jornalístico, escamoteia questões fundamentais que qualquer leitor tem o direito de esperar de um escritor independente, e principalmente esta: a crise do Congo é apenas resultado da inépcia política e administrativa de uma nação jovem, ou é o campo de batalha de interesses ocultos de potências estrangeiras?

O livro contém uma advertência final, que oxalá fôsse ouvida pelos atuais colonizadores. O grande erro da Bélgica foi adotar a fórmula: tudo para o negro; nada pelo negro. Qual será o destino das metrópoles que nem sequer observam a primeira parte do *slogan* do absolutismo colonial?

JOHN ERIC NORDSKOG. *Social Change*. Mc Graw Hill Book Co. Nova York, 1960.

O livro é constituído por trechos dos mais variados autores, ainda vivos ou já mortos, trechos que o autor coletou e distribuiu pelos diversos capítulos em que analisou o conceito de mudança social.

Devemos notar que, nesta análise, o autor deu tal amplitude ao conceito que o livro vem a cobrir um campo quase enciclopédico. Parte do período pré-histórico e se projeta para o futuro da civilização contemporânea, tal como o visualiza o profetismo de ARNOLD TOYNBEE, passando pela crítica do keynesianismo e pelo problema da criminalidade infantil. O conceito perde assim em precisão sociológi-

ca, mas, não há dúvida, ganha uma dimensão total, sem incoerências internas. Cremos, entretanto, que, para evitar confusões em torno de um conceito que já se vem cristalizando em sociologia, o livro chamar-se-ia com mais propriedade "Cultural Change".

Depois de uma introdução, os oito capítulos da obra se ocupam das mudanças no plano demográfico, das mudanças culturais, do conceito de progresso social, das idéias e ideologias; das mudanças nos valores políticos e econômicos, na religião e no direito, da paz e da guerra e, enfim, do processo da civilização contemporânea.

Os trechos dos diversos autores — nenhum deles latino — que constituem esses capítulos foram escolhidos com habilidade e representam um precioso repertório, dificilmente acessível, em sua integralidade, ao leitor brasileiro.

Le Chrétien et la Richesse. Col. Orientations. Vol. 5. Action Populaire. Editions SPES. Paris, 1960.

O opúsculo de 60 páginas da *Action Populaire* examina com lucidez e lealdade o problema da atitude do cristão diante da riqueza. Examina preliminarmente o quadro geral da iniquidade na repartição das riquezas do mundo contemporâneo. A possibilidade para todos os homens de acesso aos meios de subsistência digna é uma questão de justiça. Esta noção é assim analisada à luz do Antigo e do Novo Testamento, e da tradição patristica, numa coletânea de textos de

um vigor capaz de abalar a consciência de muitos.

Sôbre essa base doutrinária, o trabalho denuncia as taras da sociedade econômica moderna e os aspectos básicos de uma revisão das instituições sociais. Não são omitidos aspectos práticos do problema, como o dever fiscal e reco-

mendações relativas ao comportamento do indivíduo.

O opúsculo constitui uma súmula da doutrina social católica e apresenta precioso repertório de temas para a reflexão dos responsáveis e daqueles que por vocação devem levar ao mundo uma mensagem de justiça.

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Sociologia

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES. *Desenvolvimento Econômico e Radicalismo Político*. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1961.

L. F. RAPOSO FONTENELLE. *A Dinâmica dos Grupos Domésticos no Arraial do Cabo*. Serviço Social Rural. Rio de Janeiro, 1960.

ORLANDO VALVERDE. *Os Distritos Meridionais do Município de Colatina, Espírito Santo*. Serviço Social Rural. Rio de Janeiro, 1960.

KARL MANNHEIM. *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Tradução de OTÁVIO ALVES VELHO. Zahar Editôres. Rio de Janeiro, 1961.

JOHN GIMBELL. *A German Community Under American Occupation*. Stanford University Press. Califórnia, 1961.

VÁRIOS AUTORES. *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Atas. Volume I. Lisboa, 1959.

GERALDO BEZERRA DE MENEZES. *A Segurança Social no Brasil*. Guilherme Haddad. Rio de Janeiro, 1961.

VÁRIOS AUTORES. *Problemas de Habitação Rural*. Ministério da

Agricultura. Rio de Janeiro, 1960.

D'ALMEIDA GUERRA FILHO E XAVIER PLACER. *Indicações Bibliográficas Sôbre Reforma Agrária*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1961.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS. *Instituições de Ensino e Pesquisa — Brasil: Rio de Janeiro e Estados do Norte*. — CLAPCS. Rio de Janeiro, 1960.

JEAN ROCHE. *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*. Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine. Paris, 1959.

ROBERTO MAC-LEAN Y ESTENÓS. *Sociologia Integral*. 2 vols. Instituto Peruano de Sociologia. Lima, 1951.

DAVID LANDY. *Tropical childhood*. The University of North Carolina Press. Nova York, 1959.

KALERVO OBERG E THOMAS JABINE. *Um Município da Fronteira Oeste do Paraná*. Serviço Social Rural. Rio de Janeiro, 1960.

VÁRIOS AUTORES. *Grève et Lock-out*. Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier. Luxemburgo, 1961.

ANIBAL FERNANDEZ DE SOTO. *Estudio Sociológico Colombiano*.

LIVROS E REVISTAS

- Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 1960.
- INTERNATIONAL CATHOLIC MIGRATION COMMISSION. *Integration of the Catholic Immigrant*. — I.C.M.C. Genebra, 1960.
- ### Política
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Democracia e Comunismo*. "A Defesa Nacional". Rio de Janeiro, 1961.
- VÁRIOS AUTORES. *Problems of Soviet Internal Policy*. Institute for the Study of the USSR. Munique, 1960.
- VÁRIOS AUTORES. *Staatslexikon*. 5 vols. Herder. Friburg, 1960.
- WILFRED E. BINKLEY. *Partidos Políticos Americanos*. 2 vols. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.
- ILMAR PENNA MARINHO. *Política Imigratória Brasileira*. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1961.
- JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE. *O Voto Secreto*. Editora Gráfica Laemmert Limitada. Rio de Janeiro, 1961.
- CLYDE E. JACOBS. *Justice Frankfurter and Civil Liberties*. University of California Press. Berkeley, 1961.
- BONIFÁCIO FORTES. *Contribuição à História Política de Sergipe (1933-1958)*. "Revista Brasileira de Estudos Políticos". Belo Horizonte, 1960.
- BONIFÁCIO FORTES. *O Poder Regulamentar*. Livraria Regina Limitada. Aracaju, 1961.
- ADRIANO DE CUPIS. *Os Direitos da Personalidade*. Livraria Morais Editora. Lisboa, 1961.
- PEDRO ALEIXO. *Imunidades Parlamentares*. "Revista Brasileira de Estudos Políticos". Belo Horizonte, 1961.
- ADRIANO MOREIRA. *O Ocidente e o Ultramar Português*. Irmãos Pongetti. Rio de Janeiro, 1961.
- GEORGES BURDEAU. *O Poder Executivo na França*. "Revista Brasileira de Estudos Políticos". Belo Horizonte, 1961.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. *El Parlamento y la Constitución Nacional*. Faculdade de Ciências Jurídicas y Sociales. Santa Fé, 1961.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. *En Defensa de la Constitución Nacional*. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Santa Fé, 1960.
- OLIVEIROS S. FERREIRA. *Ordem Pública e Liberdades Políticas na Africa Negra*. "Revista Brasileira de Estudos Políticos". Belo Horizonte, 1960.
- WALTER LIPPMANN. *A Reconstrução da Sociedade*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1961.
- ### História
- RICIAR PATTEE. *Portugal na Africa Contemporânea*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1959.
- JERÔNIMO DE VIVEIROS. *Benedito Leite, um Verdadeiro Republicano*. DASP. Rio de Janeiro, 1960.
- LEO HUBERMAN E PAUL M. SWEETZ. *Cuba — Anatomia de uma Revolução*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1960.
- CARLOS XAVIER PAES BARRETO. *A Polimorfia de Nabuco*. Depar-

tamento Administrativo do Serviço Público. Rio de Janeiro, 1961.

JOSÉ FERNANDO CARNEIRO. *O Império e a Colonização no Sul do Brasil*. Faculdade de Filosofia. Pôrto Alegre, 1960.

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN. *Correspondência Ativa*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

Antropologia

FRANCES LUCILLE STARNER. *Magsaysay and the Philippine Peasantry*. University of California Press. Berkeley e Los Angeles, 1961.

FELIX M. KEESING. *Antropologia Cultural*. 2 vols. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

WALTER F. PIAZZA. *O Papel do Antropólogo nos Programas de Desenvolvimento de Comunidade e Cinco Trabalhos Executados*. Reunião Brasileira de Antropologia. Belo Horizonte, 1961.

LEWIS MUMFORD. *A Cultura das Cidades*. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte, 1961.

WESLEY R. HURT e OLDEMAR BLASI. *O Sambaqui do Macedo*. Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960.

ALMERINDO LESSA e JACQUES RUFFIÉ. *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde — Mesa-redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1960.

Economia

DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA. *A Futura Política Econômica e Financeira do Brasil*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. São Paulo, 1961.

ANIBAL TEIXEIRA DE SOUZA. *Imigração e Desenvolvimento*. INIC. Rio de Janeiro, 1961.

OSWALD VON NELL-BREUNING S.J. *Wirtschaft u. Gesellschaft Heute*. III Herder. Freiburg, 1960.

ALBERT O. HIRSCHMAN. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

VÁRIOS AUTORES. *Crédito Rural Supervisionado no Brasil*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1960.

DENIS LAMBERT. *Les Inflationes Sud-américaines*. Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine. Paris, 1959.

WASHINGTON PELUSO ALBINO DE SOUZA. *Do Econômico nas Constituições Vigentes*. 2 vols. "Revista Brasileira de Estudos Políticos". Belo Horizonte, 1961.

HENRY W. BRIEFS. *Three Views of Methods in Economics*. Georgetown University Press. Washington, 1960.

ALONSO ORTIZ LOZANO. *La Industria del Petróleo en Colombia*. Imprenta del Departamento. Bucaramanga, 1961.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF DIRRERING CIVILIZATIONS. *Women's Role in the Development of Tropical and Sub-tropical Countries*. I.I.D.C. Bruxelas, 1959.